
ELISABETH S. SOUSA
Instituto Superior de Psicologia
Aplicada

Co-desenvolvimento: O Diálogo Norte/Sul (1)

43

São analisadas as significações dos conceitos de desenvolvimento e cooperação em contextos culturais diferentes do Norte (Bélgica e Portugal) e do Sul (África Negra e América Latina). Os

dados sugerem visões diferentes sobre o que é e o que deve ser o diálogo Norte/Sul, com fortes implicações para as estratégias desenvolvidas.

CULTURA, Economia e Desenvolvimento intersectam-se no universo conceptual dos leigos e dos especialistas, ainda que as formas de articulação sejam variáveis. Uns, em grande número, submetem a cultura ao crescimento económico, acentuando a racionalidade do desenvolvimento. Outros, em menor número, defendem o primado do clima colectivo dos Estados-nação sobre o desenvolvimento (cf., por exemplo, Chakravarty, 1984; Nyerere, 1968; Pareek, 1988; Platteau, 1985). Nesta óptica, o conceito de desenvolvimento seria inseparável dos valores e das atitudes das comunidades (Begum, 1988). Outros ainda sublinham a necessidade de articular desenvolvimento económico e cultura sob pena de se acentuar o fosso no planeta (cf., por exemplo, Galbraith, 1985; Triparthi, 1988).

Inserindo-se na última corrente, o presente trabalho complementa a investigação puramente económica e contribui para uma melhor compreensão da temática do desenvolvimento. A ideia subjacente é a de que a forma como os indivíduos

"Não sou um homem de escola [...] eu sou um fruto [...]. Alguém ensina o fruto a ficar maduro? [...] Ninguém. Ele só recebe lições da terra. Então um homem só tem que ficar bem em cima do chão, beneficiar das completas raízes."

Mia Couto, Cada Homem É Uma Raça

(1) A autora agradece às investigadoras estagiárias Isabel Ferreira e Isabel Margarida, do Núcleo de Investigação em Psicologia Experimental e Social do I.S.P.A., a colaboração prestada na recolha dos dados.

percepcionam o espaço transnacional, em função das suas pertenças a matrizes sociais e dos valores que lhes estão associados, condiciona as escolhas feitas nas diferentes esferas da vida social e a forma como se movimentam nas matrizes sociais.

44

As significações do desenvolvimento. A determinação económica

Uma parte significativa das perspectivas em matéria de desenvolvimento converge no que concerne à importância capital do vector económico do desenvolvimento. Ainda num passado recente o desenvolvimento foi considerado um produto da industrialização e do progresso tecnológico e o subdesenvolvimento, fundamentalmente, um assunto de dominação das forças da tradição e da miséria sobre as forças da mudança e do bem estar, características do Norte. A mudança de um estado de inferioridade para um de superioridade passaria por uma inversão da relação entre estas forças e pela aquisição dos valores do mundo ocidental. O Norte, modelo de desenvolvimento bem sucedido, participava de forma mais ou menos espontânea nos esforços múltiplos e descentralizados do Sul, transferindo para este recursos financeiros, técnicos e científicos. O desenvolvimento emergiu, assim, como um processo de modernização por etapas (Rosier, 1984), optimista (Lehmann, 1979; Peemans, 1985; Velut, 1985), corrigível por virtude do próprio processo de crescimento económico (Silva, 1983).

Quais os pressupostos implícitos a esta visão do desenvolvimento?

Em primeiro lugar, a ideia de que o vector económico determina as escolhas dos indivíduos, grupos e sociedades e que as outras dimensões da vida social se comportam à imagem dele. Como consequência, partiu-se do princípio de que o problema da mudança não oferece dificuldades, como se as sociedades mudassem por "decreto". Em terceiro lugar, hipostasiou-se que os esforços do Sul e do Norte em melhorar a situação existente no Sul reduziriam a distância entre os blocos, ainda que a superioridade do Norte sobre o Sul não fosse questionável.

No entanto, a realidade foi bem diferente: uma mutação profunda na economia mundial, que desestabiliza as relações Norte/Sul e o equilíbrio no seio dos blocos (Bezy, 1985).

A realidade transnacional

A modernização não resolveu as tensões criadas pela crise do fim dos anos 60 (gigantismo económico, transnacionalização das empresas, etc.), antes acentuando a destruição do meio ambiente, a consolidação de uma estrutura dual e uma disparidade de rendimentos (Comeliau, 1985; Dell, 1982; Laurent,

1977; Peemans, 1985). Instaurava-se, assim, um processo de empobrecimento (Adelman e Morris, 1973; Platteau, 1985). Como sublinha Murteira (1988):

“[...] mais de metade do produto mundial ocorreu no Norte capitalista e desenvolvido. Em contrapartida, a participação do Terceiro Mundo reduziu-se e, por volta de 1970, andaria entre os 10% a 15% [...] segundo as estatísticas da CNUCED, a parte das exportações do Terceiro Mundo nas exportações mundiais reduz-se de 31% em 1950 a cerca de 18% em 1970.”

45

Um número reduzido de países tornou-se concorrente no mercado mundial, consequência mal recebida pelos países do Norte, relutantes em renunciar ao controle das decisões económicas (Brandt, 1981; Laurent, 1977; M'Bow, 1978). As estruturas de produção e de dominação destes últimos tiveram de se ajustar à nova realidade (Bezy, 1985; Norro, 1985).

Contrariamente às predições da teoria económica neoclássica, os países em estado precário tiveram de dirigir os seus esforços para manter a comparabilidade, sem que isto implicasse melhoria de posição. Um número significativo destes países foi esmagado por um fardo financeiro inoportável, tendo de se endividar regularmente, não para investir, mas para reembolsar (FMI, 1975; OCDE, 1974). Para que a corrente económica supra se concretizasse, seria necessário um esforço duplo, irrealista nalguns casos.

No bloco Norte, especialmente nos países da Europa Ocidental, a crise situa-se a nível da democracia parlamentar, da desestruturação das instituições, emergência difícil do regionalismo, desequilíbrio orçamental dos Estados, reconversão industrial, aparecimento de novas tecnologias, aumento do desemprego e das desigualdades sociais, emergência de novas formas de marginalização, conflitos sociais e violência (CODI, 1985).

Crise no planeta e relações Norte/Sul

No bloco Sul, dos países que privilegiaram o crescimento e integração no mercado internacional, muitos sustiveram os seus desempenhos com custos elevados: dependência acrescida do capitalismo multinacional, desequilíbrios internos. Aqueles que obtiveram resultados positivos de acordo com este critério de desenvolvimento viram-se, mesmo assim, obrigados a uma forte disciplina interna. Os países que não puderam enveredar por esta via viram deteriorar-se os seus termos de troca e confrontaram-se com o aumento de desequilíbrios internos a todos os níveis (Bedjaoui, 1979).

A crise traduziu-se igualmente na instalação de ditaduras, na violação dos direitos do Homem, corrupção, endividamento excessivo, inflação descontrolada, agravamento das desigualdades sociais (Adler, 1983). Assistiu-se à degradação das condições de vida das populações, à escalada de conflitos entre grupos sociais, a novas formas de dominação (CODI, 1985).

Ao nível das relações Norte/Sul, a pertinência do diálogo entre blocos, em tempos fundamental e promovida pelas organizações internacionais, começou a ser posta em causa: as expectativas face a este diálogo foram infirmadas, os resultados pouco encorajadores. A comparabilidade entre os países deixou de ter sentido, ou, na opinião de alguns, nunca o teve. As mudanças de mentalidade não sofreram alterações significativas na direcção postulada (cf. Brandt, 1981). Bem pelo contrário, a ênfase na oposição de valores e a necessidade de cortar com o *modus vivendi* das populações que muitos políticos e especialistas defenderam (e ainda defendem) potenciaram forças desintegradoras do sistema, impossibilitando o desenvolvimento. Na realidade, as quebras de modernização na Ásia do Sul e no Médio Oriente vieram mostrar que é mais difícil mudar os sistemas de valores das colectividades para atingir o desenvolvimento que ter sucesso em termos de crescimento económico (Kim, 1988).

Embora admitindo que o produto nacional bruto não é a medida perfeita do desenvolvimento, os economistas defensores da posição neoclássica continuam a acreditar no relançamento económico (Galbraith, 1985).

Racionalidade e valor ético do desenvolvimento

Alguns teóricos e práticos, no entanto, insatisfeitos com uma perspectiva meramente económica (Ribeiro, 1988), redefinem os objectivos do desenvolvimento colocando a ênfase na importância das diferentes dimensões da vida no espaço intra e transnacional. Realçam os aspectos da vivência ecológica (Capra, 1982): a destruição dos ecossistemas, a deterioração do património histórico e as exigências do equilíbrio meio ambiente/conservação de recursos não-renováveis. Em paralelo, colocam a ênfase na necessidade de que cada país elabore uma associação criativa entre forças produtivas e potencial humano disponível, ajustando o desenvolvimento aos valores colectivos (Belshaw, 1972). Em apoio desta posição vem o caso japonês. O Japão, que é hoje um dos países com maior desenvolvimento económico, baseou o seu desenvolvimento na adaptação das ideias e tecnologias do mundo ocidental aos seus valores (Kim

e Park, 1985; Kim, 1988; Platteau, 1985). Um outro exemplo é o da Coreia do Sul, país com uma produtividade elevada e um rápido crescimento económico devidos à exploração adequada dos valores básicos das populações: dinâmica de colectivismo familiar e esforços de cooperação mais do que individualismo, valor ocidental.

A situação à escala mundial veio mostrar que desligar opções de desenvolvimento das comunidades em que este se inscreve, relegando para segundo plano as concepções dos indivíduos membros das respectivas matrizes culturais, pode criar situações de rejeição, de instabilidade interna, com consequências consideráveis. A forma como esses indivíduos conceptualizam o desenvolvimento condiciona as suas próprias estratégias económicas no espaço intranacional e a receptividade a mudanças a nível tecnológico (Sousa e Mahjoub, 1990).

Integradora das diferentes componentes da vida dos grupos e colectividades, esta perspectiva sublinha a determinação cultural do desenvolvimento. Porém, conceber o desenvolvimento como dependente dos modos de vida e cultura das sociedades e, em simultâneo, negligenciar os factos da dominação económica (cf., por exemplo, Platteau, 1985), seria extremamente perigoso (UNESCO, 1977-1982). A revolução tecnológica é irreversível (Joshi, 1986) e as novas tecnologias mais cedo ou mais tarde farão parte das sociedades do Terceiro Mundo, arrastando consigo um conjunto de valores das sociedades desenvolvidas do mundo Ocidental (Triparthi, 1988). Como afirma o senegalês Cheikh Hamidou Kane no seu livro "Aventura Ambígua":

"Nós não tivemos o mesmo passado [...], mas teremos rigorosamente o mesmo futuro. Acabou a era dos destinos singulares [...] não poderemos viver mais da preservação de cada um." (p. 172)

Um estudo realizado na Bélgica por Sousa, Mahjoub e Leyens (1986) ilustra a pertinência desta posição. Nessa investigação, procurou-se inventariar as concepções sobre desenvolvimento existentes no seio da comunidade universitária do *campus* de Louvain-la-Neuve na Bélgica, preocupada com este tema mas com posições hierárquicas distintas: um grupo do bloco Norte, constituído por belgas, que tem por tarefa reflectir sobre o tema e concretizar soluções em matéria de desenvolvimento; um outro grupo do bloco Norte (estudantes belgas), que

poderá vir a ter essa tarefa no futuro; e um grupo do Sul, maioritariamente constituído por indivíduos membros de países ao Sul do Saara, que tem ou poderá vir a ter essa tarefa no futuro. Os inquiridos descreveram livremente o que certos conceitos (retirados da literatura da especialidade) lhes evocavam: Desenvolvimento Integrado, Direitos do Homem e um terceiro de entre os seguintes: Crise, Países do Norte, Países do Sul, Tecnologia, Co-Desenvolvimento, Regionalização e Cultura. Seguidamente, foi-lhes pedido para se situarem relativamente a problemas do espaço transnacional como a crise económica, o terrorismo, as tensões internacionais e para explicarem o subdesenvolvimento. A análise dos dados revelou uma notável convergência de perspectivas entre os inquiridos oriundos de países do Terceiro Mundo e os inquiridos membros de um país do Norte — a Bélgica — em matéria de desenvolvimento, traduzida na importância atribuída aos valores do Norte, na opção pelo crescimento económico e o investimento na tecnologia. Para além disso, o estudo é revelador do egocentrismo dos inquiridos do Norte relativamente: (a) à crise económica e ao que ele deve fazer para a ultrapassar e (b) aos países do Sul (caracterizados por uma situação de crise política, social, económica e pelo subdesenvolvimento), pondo em causa os seus regimes políticos e os seus valores. Considerando este pano de fundo, não é surpreendente que as preocupações dos inquiridos do Norte e do Sul sejam a fome e a crise económica.

Respostas funcionais no espaço transnacional, tradutoras de um certo conformismo determinado situacionalmente pelo contexto de resposta dos inquiridos? Identificação com um conjunto de valores do Norte e desidentificação e distanciação da sua matriz de pertença no caso dos inquiridos dos p.v.d.? Quais as implicações políticas, sociais e económicas deste tipo de situação nas trocas efectuadas no espaço transnacional?

A aparente identificação com valores do Norte por parte dos inquiridos dos p.v.d. suscitou-nos várias questões. Uma primeira concerne a convergência/divergência de perspectivas no seio de uma mesma matriz social. Por exemplo, seria interessante saber em que medida esta sintonia de perspectivas é extensível a outros membros das matrizes sociais inquiridas. No entanto, o estudo não fornece elementos neste sentido. Uma segunda questão diz respeito à possibilidade de generalizar o padrão de dados obtidos no estudo de Sousa *et al.* (1986) noutros contextos de cooperação e, nomeadamente, no caso português.

Portugal: um país de periferia

Em traços gerais, Portugal é um país que viu a sua posição no contexto da Europa do Sul deteriorar-se desde o século XVII, ainda que o crescimento económico neste século, a partir dos anos 60, seja indiscutível. Interrompido após os acontecimentos de 1974 durante um período em que se expressou uma vontade de mudança dos objectivos de desenvolvimento na direcção do socialismo consagrado na Constituição de 1976, assiste-se posteriormente, com a queda desse projecto, a um esforço de articulação externa e de adaptação do capitalismo português às tendências do processo económico mundial (Murteira, 1988).

A independência das colónias portuguesas no continente africano marca uma nova época de relacionamento de Portugal no espaço transnacional nesta parte do globo. Não nos interessa aqui especular sobre os modelos de desenvolvimento privilegiados na pós-independência pelos P.A.L.O.P., mas sim aprofundar a sua significação junto daqueles que são agentes de cooperação e junto dos outros que, apesar de não directamente envolvidos, sofrem no seu dia a dia os efeitos das estratégias de desenvolvimento adoptadas. Perspectivas convergentes ou divergentes em matéria de desenvolvimento? Do estudo realizado por Sousa *et al.* (1986) poder-se-ia especular sobre concepções semelhantes traduzidas num certo egocentrismo e adesão aos valores do Norte. Mas, se tivermos em consideração a tese de que Portugal é um país de periferia no Sul da Europa e em simultâneo distanciado do bloco Sul (cf. Murteira, 1988), poder-se-á esperar uma divergência de perspectivas portuguesas — membros dos P.A.L.O.P. e um questionamento dos valores do Norte por parte dos primeiros. No que concerne aos membros dos P.A.L.O.P., as dificuldades vividas na pós-independência em África e nomeadamente nesses países, sugerem-nos duas possíveis opções de desenvolvimento nesta parte do globo, claramente sistematizadas por Murteira (1988):

"[...] um vazio conceito de desenvolvimento [...] veiculado do exterior (a Leste ou a Oeste), sem dinâmica endógena, como discurso do Estado que consciencie e inconscientemente capitulou na luta pela independência nacional ou a procura prática e teórica de qualquer [outro desenvolvimento] ajustado às coordenadas culturais, sociais, económicas e políticas destas nações [...]" (165-66)

Uma outra questão tem que ver com a convergência/divergência de perspectivas entre técnicos envolvidos em actividades de cooperação e outros membros das mesmas matrizes sociais

não envolvidos. Os resultados obtidos por Sousa *et al.* (1986) levam-nos a hipostasiar uma convergência de perspectivas.

Por fim, uma característica destes países é o facto de integrarem diferentes dialectos e formas de estar no mundo. Poderemos falar de uniformidade em matéria de concepções de desenvolvimento nestas matrizes sociais? A escolha de uma língua oficial comum — o português — leva-nos a especular sobre uma possível identificação afectiva dos membros destes países à matriz portuguesa. No caso dos Portugueses, a componente cognitiva — ser português não é questionável, ainda que o sentir-se português o seja (contrariamente ao que acontece noutros grupos nacionais (Sousa, 1989)). Assim, mesmo na eventualidade de uma convergência de respostas, ela tem significações distintas para portugueses e membros dos P.A.L.O.P.

O raciocínio e as hipóteses alternativas aqui apresentadas estão na base de um estudo realizado junto de indivíduos oriundos de Portugal, Angola, Cabo Verde e Moçambique. Pela especificidade das respostas dos inquiridos da Guiné-Bissau a um primeiro inquérito, o contexto de cooperação de Portugal e Guiné-Bissau foi abordado num outro estudo (Sousa e Correia, 1990).

Método/ /Sujeitos

Foram inquiridos 16 portugueses envolvidos em actividades de cooperação e 15 portugueses não envolvidos em actividades de cooperação, 29 indivíduos oriundos de países africanos de língua oficial portuguesa não residindo em Portugal há mais de 6 meses nem tendo vivido anteriormente neste país (16 ligados a actividades de cooperação e 14 não ligados), constituindo-se 4 grupos emparelhados quanto às variáveis idade e nível de escolaridade.

Instrumento

Tendo como base estudos-piloto nesta matéria, os resultados de um inquérito levado a cabo pela C.E.E. e o questionário do estudo de Sousa *et al.* (1986), procedeu-se a uma reestruturação do instrumento. Na sua versão final, ele comporta 4 partes: (a) associação livre de ideias aos conceitos de Cultura e Tecnologia; (b) ordenação das preocupações dos inquiridos no espaço transnacional; (c) lista de explicações para o subdesenvolvimento e (d) identificação com a matriz portuguesa. É de notar que foram constituídas duas formas do questionário em função da sequência Cultura-Tecnologia e Tecnologia-Cultura.

Procedimento

Os inquiridos responderam individualmente ao questionário apresentado como fazendo parte de um estudo sobre percepção

do espaço transnacional levado a cabo por uma unidade de investigação duma instituição de Ensino Superior.

Os dados de associação livre foram codificados à luz de dois critérios: (a) redução de formas masculinas e femininas, singulares e plurais à forma mais comum no universo dos inquiridos e (b) sinonímia dos itens. Os itens lexicais com frequência inferior a 2 foram eliminados da análise. A matriz obtida foi submetida à Análise Factorial de Correspondências — A.F.C. (Benzécri, 1973; Greenacre, 1984). A A.F.C. é um método multidimensional interessante para o estudo de aspectos organizadores das estruturas semânticas. Três noções são fundamentais neste método: métrica do X^2 , equivalência da distribuição dos conjuntos I e J (correspondendo respectivamente às linhas e às colunas) e princípio baricêntrico (Marques e Sousa, 1983).

Por ordem de importância, nos inquiridos portugueses, os problemas que afectam o mundo são a Fome, o Terrorismo e o Armamento Nuclear. Já para os inquiridos africanos, eles são a Fome, a Poluição, o Terrorismo e o Racismo.

Como equacionam os inquiridos as temáticas da tecnologia e cultura? Como as articulam com as preocupações no espaço transnacional?

A análise do léxico mostra uma oposição de perspectivas dos diferentes grupos no que concerne à articulação desenvolvimento, tecnologia e cultura. Os técnicos de cooperação portugueses equacionam desenvolvimento em termos de tecnologia e cultura, mas esta parece ter duas componentes: uma positiva e uma negativa. Curiosamente, se os não-técnicos oriundos de países africanos de expressão portuguesa associam desenvolvimento a tecnologia nos mesmos moldes dos técnicos portugueses, divergem na sua concepção de cultura, que aparece como uma realidade independente do desenvolvimento que se opera nas matrizes sociais, mas extremamente importante (cf. oposição no 1.º factor da Figura 1 entre NTNPCU e NTPCU, TPCU, NPTCU). Em oposição clara, os técnicos de cooperação oriundos de países africanos de expressão portuguesa e os portugueses não-técnicos associam desenvolvimento a tecnologia e dissociam-no de cultura, que parecem valorizar negativamente.

A Cultura é para os não-técnicos africanos (NTNPCU) o saber de um povo, de uma "pátria", traduzido nas formas

Análise dos Resultados

artísticas (“arte”) e nos “costumes”. Por oposição, os inquiridos portugueses (fundamentalmente NTPCU) e técnicos dos P.A.L.O.P. (TNPCU) percebem-na em termos de “tradição”, “altruísmo”, “chaticice”.

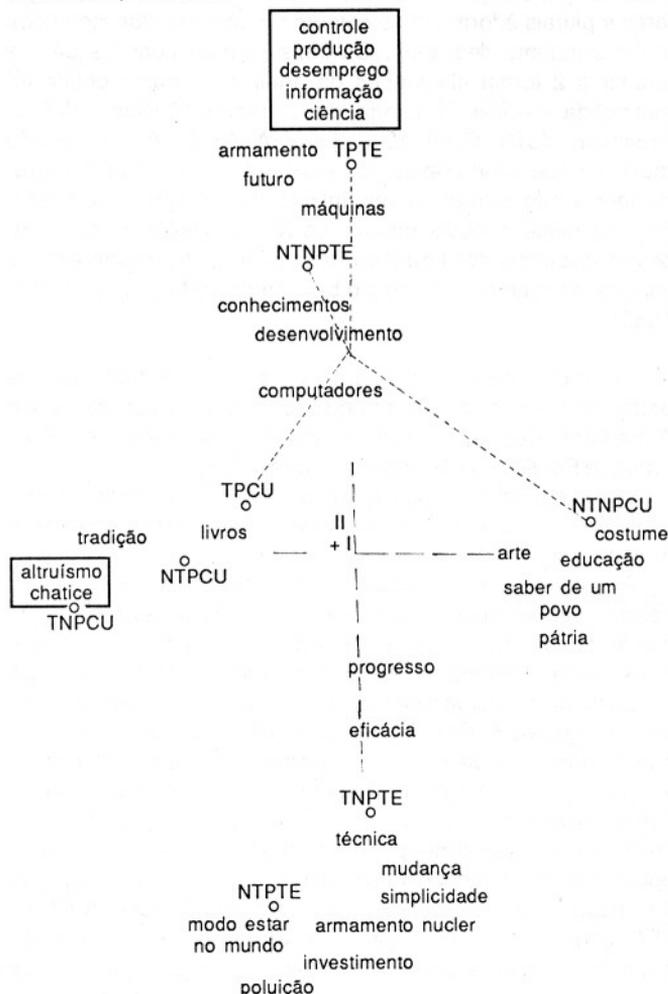


Figura 1 — O espaço semântico do desenvolvimento à luz dos vectores ético e racional. Representação gráfica dos dois primeiros factores da Análise Factorial de Correspondências. TPTE — Tecnologia na perspectiva dos técnicos de cooperação portugueses; NTPTE — Tecnologia na perspectiva dos não técnicos portugueses; TNPTE — Tecnologia na perspectiva dos técnicos oriundos de países africanos de língua oficial portuguesa; NTNPTTE — Tecnologia na perspectiva dos não técnicos oriundos de países africanos de língua oficial portuguesa; TPCU — Cultura na perspectiva dos técnicos de cooperação portugueses; NTPCU — Cultura na perspectiva dos não técnicos portugueses; TNPCU — Cultura na perspectiva dos técnicos oriundos de países africanos de língua oficial portuguesa; NTNPCU — Cultura na perspectiva dos não técnicos oriundos de países africanos de língua oficial portuguesa

Técnicos portugueses e membros dos P.A.L.O.P. não ligados às actividades de cooperação convergem para dizer que Tecnologia está ligada ao “desenvolvimento”, aos “conhecimentos”, ao equipamento (“computadores”, “máquinas”, “armamento”), “controle” da “produção”, com o efeito nefasto na vida social — o “desemprego”. Por oposição, os técnicos africanos e membros da comunidade portuguesa não ligada às actividades de cooperação (TNPTE e NTPTE) consideram dois indicadores da “eficácia” do “progresso”: o “investimento” (externo) e o “armamento nuclear”.

É ainda de sublinhar a divergência de significações de armamento nuclear nos diferentes grupos. Se, por um lado, ele emerge como uma preocupação importante dos inquiridos portugueses, por outro, não é associado espontaneamente a desenvolvimento. No que concerne aos inquiridos africanos, armamento não emerge como uma preocupação no espaço transnacional, mas sim como um ingrediente do progresso. As preocupações dos inquiridos africanos são nomeadamente a poluição (quer no discurso espontâneo, quer na ordenação das preocupações no espaço transnacional).

Como explicam os inquiridos o subdesenvolvimento? A análise de variância multivariada (MANOVA) não revelou efeitos significativos das variáveis nacionalidade e envolvimento em actividades de cooperação. Independentemente da posição que ocupam em matéria de cooperação (envolvidos *versus* não envolvidos), independentemente do país de origem, os inquiridos centram a sua análise em torno das ideias de exploração dos países em vias de desenvolvimento pelos países desenvolvidos, da fraca valorização do Trabalho em África, do crescimento demográfico acelerado.

Diferenciando-se dos portugueses, os inquiridos oriundos de P.A.L.O.P. são mais extremos no que concerne à importância da estabilidade política precária ($F(1,57)=4.79, p=.03$), da ausência de espírito competitivo nos seus países ($F(1,57)=4.43, p=.04$) e das concepções económicas dos seus Chefes de Estado ($F(1,57)=5.68, p=.02$) como causas do subdesenvolvimento nesta parte do globo (Figura 2).

Em face desta configuração de respostas, terá sentido falar de identificação afectiva com Portugal?

Os dados são consistentes com a hipótese de identificação afectiva — o sentimento de ser Português. Ela é mais forte nos portugueses do que nos inquiridos dos P.A.L.O.P. ($F(1,57)=3.93, p=.05$). Por outro lado, este sentimento é mais marcado nos inquiridos envolvidos em actividades de cooperação do que nos

não-envolvidos ($F(1,57)=3.78, p=.06$). No entanto, os valores médios dos diferentes grupos situam-se acima do valor médio da escala de resposta sendo o valor mais baixo o do grupo dos não

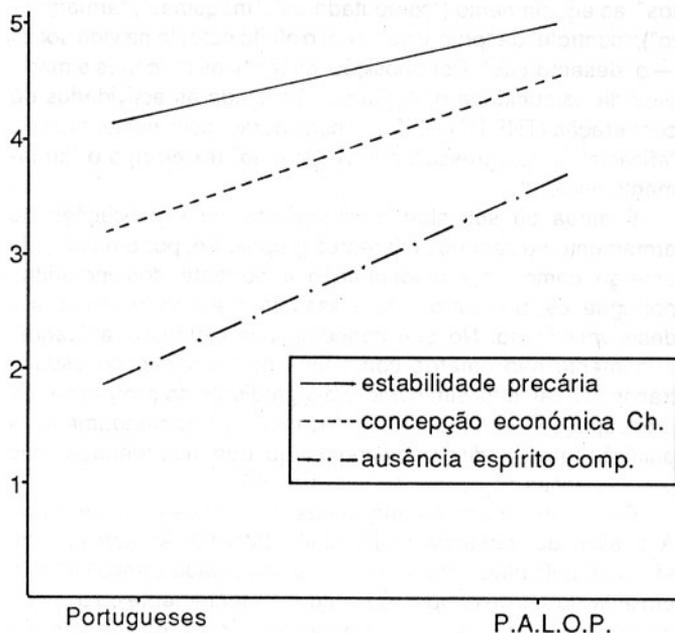


Figura 2 — Explicações para o subdesenvolvimento no planeta. Resultados da Análise de Variância univariada — itens significativos em função das variáveis nacionalidade e envolvimento em acções de cooperação (tradutores de extremismo de posições)

técnicos dos P.A.L.O.P. (Figura 3), dado consistente com as respostas dos inquiridos dos P.A.L.O.P. não envolvidos em actividades de cooperação, para quem Cultura é uma faceta da realidade social importante a ser valorizada.

Discussão

Inegavelmente, o estudo da percepção do espaço transnacional revelou aspectos interessantes.

As preocupações que constituem ponto charneira no espaço comunicacional dos diferentes inquiridos no referente ao espaço transnacional são a fome no mundo e o terrorismo. No entanto, se os inquiridos africanos se mostram apreensivos quanto aos efeitos da poluição os portugueses receiam os efeitos do armamento nuclear. Tendo em consideração o padrão de respostas, poder-se-á especular sobre as significações diferentes de terrorismo nas matrizes sociais inquiridas.

Um dado interessante é o distanciamento dos técnicos dos P.A.L.O.P. relativamente a outros elementos das suas matrizes nacionais no que concerne às significações de desenvolvimento: o progresso do Estado-nação implica o investimento na esfera da tecnologia, o crescimento económico e a integração na ordem económica internacional. A cultura constitui uma realidade à parte, uma eventual fonte de conflito que é preciso saber gerir. Por oposição, os inquiridos não envolvidos em actividades de cooperação oriundos das mesmas matrizes sociais equacio-

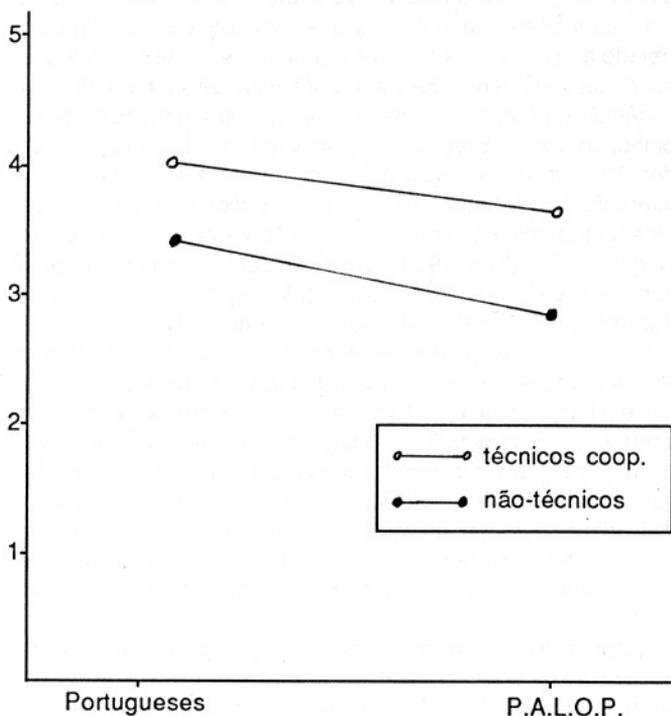


Figura 3 — Resultados da Análise de Variância univariada no item referente ao sentimento de ser português em função da nacionalidade e envolvimento em ações de cooperação

nam desenvolvimento em termos do impacto da tecnologia na sociedade e, se é verdade que distanciam tecnologia e cultura, valorizam esta última numa procura de afirmação da sua identidade. A semelhança de perspectivas entre os técnicos de cooperação portugueses e os não técnicos dos P.A.L.O.P. centrados na articulação dos vectores ético e racional do desenvolvimento ainda que de formas algo diferentes, sugere fraca

receptividade à concepção de integração simples e passiva na ordem económica internacional.

A divergência de posições dos técnicos (de Portugal e dos P.A.L.O.P.) relativamente a outros membros das suas matrizes sociais, reflectindo por certo a sua maior familiaridade com a temática, não deixa de levantar questões, na medida em que eles actuam nos contextos sociais dos últimos e condicionam as respectivas escolhas.

Importa também analisar como é que a evolução das sociedades ao sul do Saara é explicada. Consensualmente, os inquiridos referem a ineficácia das concepções dos Chefes de Estado africanos para superar e vencer a estrutura geradora do subdesenvolvimento, os modos de vida locais traduzidos na ausência de espírito competitivo e na não valorização do trabalho, condicionantes do desenvolvimento. Notemos, no caso dos P.A.L.O.P., a especificidade do contexto cultural, bem diferente do existente noutras zonas do globo onde as atitudes face ao trabalho são positivas, como, por exemplo, a China e a Coreia do Sul (Kim, 1988). Também será curioso notar que o factor atitude face ao trabalho tem sido negligenciado em muitas das análises políticas nesta matéria. Cardoso (1987), por exemplo, explica a situação existente ao Sul do Saara pelas catástrofes naturais, as consequências nefastas da recente crise mundial e a impotência do Estado africano face à ordem económica internacional, relegando para lugar secundário a influência das qualidades do povo de uma nação no crescimento. Se é verdade que a supremacia dos objectivos económicos é vital para a divisão do trabalho no campo da economia, não é menos verdade que a disseminação e consequente identificação da comunidade com estes objectivos é fundamental para otimizar as trocas sociais.

Qual a viabilidade de uma estratégia de desenvolvimento que aposta na superioridade dos valores do Norte e na anulação da cultura de um povo? Será pensável que os indivíduos que derivam a sua identidade da pertença a grupos no seio de uma matriz social com determinados valores estejam abertos a mudanças que impliquem a anulação desses valores e da sua identidade apenas por imposição externa? Os trabalhos de investigação e de intervenção no âmbito da Psicologia Social mostram que não (cf., por exemplo, Lindzey e Aronson, 1986).

Por outro lado, a convergência de perspectivas dos técnicos de cooperação portugueses e dos inquiridos de P.A.L.O.P. não envolvidos em actividades de cooperação sugere uma posição estratégica importante de Portugal com estes países traduzida

na sensibilidade às suas formas de estar no mundo, às suas preocupações em matéria de desenvolvimento. Em simultâneo, dada a oposição de perspectivas entre técnicos Portugueses e de P.A.L.O.P. no que concerne ao papel da Cultura no desenvolvimento, poder-se-á especular sobre eventuais conflitos entre estes dois grupos.

Por fim, este estudo fornece alguns elementos no que respeita à identificação dos Portugueses ao seu grupo-Nação. Contrariamente ao que se passa noutros países, a pertença ao grupo nacional é, de alguma forma, fonte de insatisfação, de conflito para os Portugueses: o "ser-se português" e o "sentir-se português" nem sempre convergem (Sousa, 1989). No que concerne à identificação africana à matriz portuguesa, os dados são consistentes com a posição de uma imagem positiva dos Portugueses em África (nomeadamente junto daqueles que estão envolvidos em actividades de cooperação com Portugal).

Conclusões

O paradigma cartesiano-newtoniano responsável pela revolução tecnológica e componente racional do desenvolvimento (Triparthi, 1988) foi posto à prova pela evolução da situação à escala mundial caracterizada por uma crise monetária, crise do petróleo, conquista da independência por parte de alguns países do Sul, patologias sociais, etc.. (Bezy, 1985; Murteira, 1988; Ribeiro, 1988). Os resultados pouco encorajadores levaram alguns a procurar outras componentes do desenvolvimento e a sublinhar a necessidade de ajustar o desenvolvimento aos valores das comunidades em que este se insere.

Os resultados deste estudo e de outros (Bond, 1988; Komin, 1988; Pareek, 1988; Sousa e Correia, 1990; Sousa e Mahjoub, 1990; Triparthi, 1988) sublinham a importância da história e dos valores dos povos na concepção de progresso e desenvolvimento. O estudo de Sousa *et al.* (1986) ilustra uma convergência de perspectivas notável entre membros dos dois blocos, num outro contexto do espaço transnacional. A materialização das identidades dos diferentes grupos e culturas nas escolhas económicas e sociais é bem visível no presente estudo, que, ilustrando divergências de concepções de progresso e desenvolvimento no seio de uma mesma matriz em função das suas posições hierárquicas nesta matéria, contesta a tese de integração simples no processo económico internacional, não em termos das causas do subdesenvolvimento e do crescimento económico, mas da percepção que os indivíduos têm desta temática. Porém, não serão estas percepções que estão na base dos comportamentos dos indivíduos e das colectividades? Não

deverão os políticos, os economistas, os técnicos, ser sensíveis ao problema do enquadramento dos recursos humanos nas matrizes sociais?

A encenação de pontos de maior fragilidade e, portanto, maior abertura à mudança e de pontos de conflitualidade parecem-nos possível e prometedora. Investigações futuras deverão ser realizadas por forma a testar a estabilidade, aprofundar a configuração de perspectivas dos indivíduos e analisar as suas implicações nas estratégias comportamentais de resistência ou abertura a mudanças. ■

Referências Bibliográficas

- Adelman I.;
Morris, C. T. 1973 *Economic Growth and Social Equity in Developing Countries*. Stanford, Stanford University Press.
- Adler, J. H. 1983 "Desenvolvimento e Distribuição do Rendimento", in M. Silva (org.), *Desenvolvimento Económico e Repartição do Rendimento*. Lisboa, Estampa [1972].
- Bedjaoui, M. 1979 *Pour un Nouvel Ordre Economique International*. UNESCO.
- Belshaw, C. S. 1972 "Anthropology", *International Social Science Journal*, 24, 80-94.
- Benzécri, J.-P. 1973 *L'Analyse des données — l'analyse des correspondances*, vol. 2. Paris, Dunod.
- Bezy, F. 1985 "Le nouvel ordre économique international et les relations Nord-Sud", in Conseil pour le Développement Intégré (org.), *Etudes sur le Développement Intégré*. Louvain-la-Neuve, U.C.L.
- Bond, M. H. 1988 "Invitation to a Wedding: Chinese Values and Global Economic Growth", in D. Sinha e H. S. R. Kao (orgs.), *Social Values and Development*. London. SAGE.
- Brandt, W. 1981 *Norte-Sul — Assegurar a Sobrevivência. Relatório da Comissão Internacional presidida por Willy Brandt*. Lisboa, Moraes/I. E. D.
- Begum, H. A. 1988 "Attitudes, Values and the Concept of Development", in D. Sinha e H. S. R. Kao (orgs.), *Social Values and Development*. London, SAGE.
- Capra, F. 1982 *The Turning Point*. New York, Simon & Schuster.
- Cardoso, R. 1987 "Estado e Desenvolvimento em África", *Economia e Socialismo*, 71.
- Chakravarty, S. 1984 "Aspects of India's Development Strategy for the 1980s", *Economic Weekly*, Maio, 19-26.
- Comeliau, C. 1985 *Interdépendance et styles de développement*. Paris, OCDE.
- CODI 1985 "De la crise au co-développement — en quête d'une nouvelle coopération", *Nouvelles Brèves*, suplemento Codicille, Outubro.
- Dell, S. 1982 "Stabilization — the Political Economy of Overskill", *World Development*, Agosto.
- FMI 1975 *World Economic Outlook. Development and Prospects in the Non-oil Primary Producing Countries*.
- Galbraith, J. K. 1985 *O Novo Estado Industrial*. Mem Martins, Europa-América.
- Greenacre, M. J. 1984 *Theory and Applications of Correspondence Analysis*. London, Academic Press.
- Joshi, P. C. 1986 "Role of Culture in Social Transformation and National Integration", *Economic and Political Weekly*, 21, 1224-1232.

- Kim, Kwang-Suk; Morris, C. T. 1985 *Sources of Economic Growth in Korea: 1963-1982*. Seoul, KDI.
- Kim, Son-Ung 1988 "The Role of Social Values and Competitiveness in Economic Growth with Special Reference to Korea, in D. Sinha e H. S. R. Kao (orgs.), *Social Values and Development*. London, SAGE.
- Komin, S. 1988 "Thai Value System and its Implication for Development in Thailand", in D. Sinha e H. S. R. Kao (orgs.), *Social Values and Development*. London, SAGE.
- Ladrière, J. 1985 "Réflexions d'un philosophe sur le développement intégré", in Conseil pour le Développement Intégré — U.C.L. (orgs.), *Réflexions sur le développement intégré*, Louvain-la-Neuve, Cabay.
- Laurent, E. 1977 *Un monde à refaire — Débats de France-Culture. Trois jours pour la planète*. Paris, Mengès.
- Lehmann, D. 1979 *Development Theory*. London, Frank Cass.
- Lindsey G.; Aronson, E. 1986 *Handbook of Social Psychology*. New York, Lawrence Erlbaum.
- Marques, J. e Sousa, E. 1983 *Exemple d'une analyse sémantique à travers l'analyse factorielle de correspondances*. Nota de Investigação, U.C.L.
- M' Bow, A.-M. 1978 "Le consensus dans les organisations internationales", Conferência, Paris, Academia Diplomática Internacional, Março.
- Murteira, M. 1988 *Os Estados de Língua Portuguesa na Economia Mundial*. Lisboa, Presença.
- Norro, M. 1985 "Co-développement et marché mondial", in Conseil pour le Développement Intégré — U.C.L. (orgs.), *Réflexions sur le développement intégré*, Louvain-la-Neuve, U.C.L.
- Nyerere, J. K. 1968 *Freedom and Socialism*. Dar-es-Salam, Oxford University Press.
- OCDE 1974 *Les problèmes d'endettement des pays en développement*. Paris.
- Pareek, U. 1988 "Culture and Development", in D. Sinha e H. S. R. Kao (orgs.), *Social Values and Development*. London, SAGE.
- Peemans, J.-Ph. 1985 *Le développement et la modernisation: la fin d'une ambiguïté?*, in Conseil pour le Développement Intégré — U.C.L. (orgs.), *Réflexions sur le développement intégré*, Louvain-la-Neuve, U.C.L.
- Platteau, J.-Ph. 1985 *Le concept de développement intégré en économie du développement*, in C.O.D.I. (org.), *Réflexions sur le développement intégré*. Louvain-la-Neuve, Cabay.
- Ribeiro, S. 1988 *Recursos Humanos e Estratégia de Desenvolvimento*. Lisboa, Caminho.
- Rosier, B. 1984 "Types de développement et rapports sociaux", in A. Abdel Malek, H. Tri e B. Rosier Le Thank Khoi (orgs.), *Clés pour une stratégie nouvelle du développement*. UNESCO — Ed. Ouvrières.

- Silva, M. 1983 *Desenvolvimento Económico e Repartição do Rendimento*. Lisboa, Estampa.
- Sinha, D.; Kao, H. S. R. 1988 *Social Values and Development*. London, SAGE.
- Sousa, E. 1989 Group Attributions: Social Identification and Ingroup Derogation. Comunicação apresentada no "East/West Meeting" da Associação Europeia de Psicologia Social Experimental, Polónia.
- Sousa, E.; Correia, J. 1990 "A Cooperação Portugal-Guiné-Bissau: Um Estudo de Representações". Em preparação.
- Sousa, E.; Mahjoub, A. 1990 "North-South Relations from a Psycho-Social Point of View". Em preparação. 61
- Sousa, E.; Mahjoub, A.; Leyens, J.-Ph. 1986 "Les représentations sociales du développement intégré", *Nouvelles Brèves*, suplemento Codicile, 9, 1-4.
- Triparthi, R. 1988 "Aligning Development to Values in India", in D. Sinha e H. S. R. Kao (orgs.), *Social Values and Development*. London, SAGE.
- UNESCO 1977-1982 *Plan à Moyen Terme*.
- Velut, J.-L. 1985 "Histoire et développement", in Conseil pour le Développement Intégré — U.C.L. (orgs.), *Réflexions sur le développement intégré*. Louvain-la-Neuve, U.C.L.